



**Associação
da Imprensa
de Pernambuco**

Fundada em 1931, a AIP é uma entidade privada, de utilidade pública declarada por decreto federal. Sua missão é defender a liberdade de imprensa e o estado democrático de direito.

Recife, 21 de julho de 2022

Ofício n. 018.2022

Honorável **Amy Klobuchar**

Presidente, Subcomissão de Concorrência, Política, Antitruste e Direitos do Consumidor, Senado

Honorável **Mike Lee**

Membro, Subcomitê de Concorrência, Política, Antitruste e Direitos do Consumidor, Senado

Hon. **David Cicilline**

Presidente, Subcomissão de Direito Antitruste, Comercial e Administrativo, Câmara dos Deputados

Hon. **Ken Buck**

Membro do Ranking, Subcomitê de Antitruste, Direito Comercial e Administrativo, Câmara dos Deputados

Exmo. Sr.

Presidente **Klobuchar**

Presidente Cicilline, Membro do Ranking Lee e Membro do Ranking Buck

A Associação da Imprensa de Pernambuco (Brasil) tem observado a H.R. 1735 / S.673, a Lei de Competição e Preservação do Jornalismo (JCPA) que ora tramita em seu país.

Consideramos que uma imprensa livre e diversificada é a espinha dorsal de uma democracia saudável e vibrante. Entretanto, o controle do acesso a notícias confiáveis online se concentrou nas mãos de duas plataformas tecnológicas dominantes, Facebook e Google. Essas empresas aproveitam seu domínio do mercado digital para estabelecer as regras para os editores de notícias e determinar como o jornalismo é exibido, priorizado e monetizado. Enquanto os editores pequenos e locais definham sob as condições injustas estabelecidas pelas grandes empresas de tecnologia, as plataformas alinham seus bolsos com receitas recordes derivadas em parte das desvantagens dos editores de notícias enquanto fazem negócios paralelos para si mesmos.

A imprensa é oxigênio da democracia e em nossa opinião, a JCPA ajudaria a resolver esses problemas permitindo que os editores se unissem para negociar com as plataformas a compensação



**Associação
da Imprensa
de Pernambuco**

Fundada em 1931, a AIP é uma entidade privada, de utilidade pública declarada por decreto federal. Sua missão é defender a liberdade de imprensa e o estado democrático de direito.

que merecem, e um mecanismo de aplicação garantirá uma compensação justa para todos os editores de notícias, grandes e pequenos, nos Estados Unidos.

Vimos uma abordagem semelhante funcionar na Austrália, onde as editoras recebem uma compensação justa pelo conteúdo que seus jornalistas produzem. Estamos vendo a mesma coisa se desenvolver na Europa e em toda a América. O momento de agir nos Estados Unidos é agora. É mais importante do que nunca proteger o jornalismo de qualidade e garantir que as pessoas que criam conteúdo jornalístico sejam compensadas de forma justa por seu trabalho, muitas vezes doloroso, que tem a capacidade de unir as comunidades.

O jornalismo é fundamental para o funcionamento da democracia, e o preço da inação - o desaparecimento das notícias locais nos Estados Unidos - é muito grande. Pedimos a vocês que se mantenham junto aos editores de notícias em toda a América e apoiem a Lei de Competição e Preservação do Jornalismo.

Atenciosamente,

MÚCIO AGUIAR NETO
Presidente